

## **LEI N.º 2.499, DE 20 DE AGOSTO DE 2009.**

### ***“ESTABELECE NORMAS PARA OS EMPREENDIMENTOS DE LOTEAMENTO URBANO OU RURAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PARAPUÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.***

*ANTONIO ALVES DA SILVA, Prefeito Municipal de Parapuã, Comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA em redação final a seguinte Lei:*

**Artigo 1º** - Torna-se obrigatório no âmbito do município de Parapuã todas as providências necessárias para regularização dos empreendimentos denominados loteamentos, sendo eles urbano ou rural.

**Parágrafo único** – É de responsabilidade única e exclusiva do empreendedor todos os procedimentos e custos para a total legalização dos loteamentos urbanos ou rurais no município de Parapuã, dentre eles, licenciamento, alvarás e certificados e outros que se fizerem necessários.

**Artigo 2º** - Entre as providências necessárias para a legalização compreende toda a infra-estrutura necessária, tais como redes de água e esgoto, iluminação pública e energia elétrica, asfaltamento, sinalização viária, calçamento, guias e sarjetas e telefonia e outros que se fizerem necessários.

**Artigo 3º** - Torna-se obrigatório no âmbito do município de Parapuã nos empreendimentos denominados loteamentos urbano ou rural, e a cargo do empreendedor, a escrituração do imóvel, ou imóveis, aberturas de ruas e sua legalização, desmembramentos, fusões, desdobres, incorporações e outorga definitiva do documento de propriedade ao interessado comprador.

**Artigo 4º** - Ao empreendedor do loteamento urbano ou rural do município de Parapuã será obrigatório a observação da legislação ambiental aplicável, inclusive, a apresentação de licenças, alvarás e certificados ou outros que se fizerem necessários.

## **LEI N.º 2.499, DE 20 DE AGOSTO DE 2009.**

**Artigo 5º** - A infração ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator à multa equivalente à 500 (quinhentas) Unidades Fiscais do Município (UFMs), sem prejuízo da interdição da atividade enquanto não for regularizado o empreendimento.

**Artigo 6º** - Compete ao setor de fiscalização do município os serviços próprios de fiscalização desta Lei, bem como a aplicação da penalidade prevista no artigo anterior.

**Artigo 7º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Parapuã, aos 20 de agosto de 2009.

**ANTONIO ALVES DA SILVA**

Prefeito Municipal de Parapuã

Publicada e registrada em livro próprio na Secretaria da Prefeitura Municipal de Parapuã e afixada em lugar de costume na data supra.

**CLAYTON FERREIRA DA SILVA**

Secretário designado